



**Comissão de Pregão I**

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2022

Processo Licitatório nº: 3.585/2022

Processo Recurso nº: 11.918/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0065/2022

OBJETO: Contratação de empresa prestadora de serviço de agenciamento de viagens devidamente credenciada junto aos órgãos reguladores para atender às necessidades de locomoção das autoridades, servidores e colaboradores da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Município de Nova Friburgo, visando garantir aos órgãos o cumprimento de agendas, de serviços essenciais e não essenciais, ao cumprimento da missão institucional das pastas em solos nacional e internacional, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste edital.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa FERNANDA NUNES FREITAS DE MAGALHÃES, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 11.918/2022.



**Comissão de Pregão I**

**I. DAS PRELIMINARES**

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 26/04/2022. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 3.585/2022, a empresa FERNANDA NUNES FREITAS DE MAGALHÃES, manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 03 a 7.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

**II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE**

Em relação ao item, as alegações foram direcionadas ao fato de essa comissão considerar a recorrente inabilitada devido à falta de Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais. Conforme dispõe o item 19.2 do Edital.

De acordo com o Item nº 19.2 do Edital, - dispositivo tido como violado -, a licitante deveria juntar documento de: *BM*

Comprovação mínima ou patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente, o que entende-se por Balanço Patrimonial.

Contudo a licitante é MEI, ou seja, a referida licitante não detém a obrigatoriedade de produzir e apresentar os balanços patrimoniais, com fulcro no art. 97 da Resolução CGSN 94/2011, artigo 3º e 7º da CGSN 53/08, diferente dos ME e EPP. O MEI não está obrigado a possuir os Livros Razão e Diário com balanço e contabilidade propriamente dita, sendo assim está desobrigado a registrar Contabilista. Esse entendimento também está explícito no Código Civil, Lei 10.406/2002 - artigo 1.179, § 2º e artigo 970, bem como nos artigos 68 e 18-A, § 1º, da Lei Complementar 123/2006.



### Comissão de Pregão I

Assim sendo, legalmente a Licitante pode exigir o Balanço Patrimonial das ME e EPP (salvo nos enquadramentos do Decreto 8.538/2015), mas não pode manter tal exigência para o MEI, muito menos impedi-lo de participar de licitações públicas (Inciso 4 Lei Complementar 147 de 2014). Tal exigência infringe a lei e a normativa que forma o Regime Jurídico do Micro empreendedor Individual-MEI. O que o Sistema permite, é a apresentação da Declaração de faturamento emitida pelo Simples Nacional relativa ao ano anterior e capital social expresso no certificado de registro.

Portanto, se a lei não obriga os microempreendedores individuais de manter contabilidade formal e a produzir balanço patrimonial, não poderá a Administração impor tal obrigação para fins de participação em licitação, com fundamento na norma genérica contida no art. 31, I, Lei nº 8.666/93.

Assim sendo, uma vez que a recorrente provou a regularidade de sua situação é ilegal exigir - como exigiu a Comissão de Licitação, a apresentação do balanço patrimonial.

### III. DAS CONTRARRAZÕES

#### DA OBRIGATORIEDADE DA APRESENTAÇÃO DE BALANÇO PATRIMONIAL POR MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAL.

O edital exige o seguinte documento:

"19.2 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais."

A empresa Recorrente alega que não é obrigada a apresentar o balanço patrimonial para comprovação de patrimônio líquido conforme exige o item 19.2 do edital, uma vez que, a mesma é MEI, e, portanto, é amparada pela 1.406/2002 - art. 1179, § 2º e art. 970, bem como pela Lei Complementar 123/2006.



### Comissão de Pregão I


Ocorre que tal argumento é totalmente infundado, uma vez que é de entendimento do Tribunal de Contas da União, que em licitações regida pela lei 8.666/1993, e, para fins de comprovação econômico-financeiro, o microempreendedor individual (MEI) DEVE apresentar, quando exigido, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social (Art. 31, inciso I, da Lei 8.666/1993), ainda que dispensado da elaboração do referido balanço pelo Código civil (Art 1.179 §2º, da Lei 10.406/2002).

"ACÓRDÃO 133/2022 - PLENÁRIO

(...)

Quanto à cláusula 9.12.2 (b) do edital, que dispensa o microempreendedor individual da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, consta o seguinte (peça 3, p. 15) :

9.12.2. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

Cláusula com idêntico teor consta dos modelos de editais elaborado pela Advocacia-Geral da União (<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/consultoria-geral-da-uniao-1/modelos-de-convenios-licitacoes-e-contratos/modelos-de-licitacoes-e-contratos>). 

Quanto à primeira parte 9.12.2 (a) , consta nota explicativa no modelo da AGU informando que a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado. Portanto, não se dispensa a inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Quanto à segunda parte 9.12.2 (b), não há justificativas no modelo da AGU para a dispensa do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício para o microempreendedor individual. Deduz-se ser decorrente do previsto no Código Civil,





**Comissão de Pregão I**

que, no § 2º do art. 1.179, dispensa o pequeno empresário de produzir balanço patrimonial, c/c o art. 68 da LC 123/2006 e o inciso I e § 1º do art. 106 da Resolução CGSN 140/2018.

(...)

Porém, a LC 123/2006, ao tratar das aquisições públicas, embora estabeleça tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, não as exclui da obrigação de comprovarem os requisitos de qualificação econômica definidos em editais de licitações.

As licitações regidas pela Lei 8.666/1993, ainda que subsidiariamente, como no caso concreto, exigem para habilitação econômico-financeira o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.

A lei das licitações determina que toda e qualquer empresa deve cumprir alguns requisitos, apresentando documentos que comprovem qualificação técnica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e habilitação jurídica. A qualificação econômico-financeira serve para demonstrar que a empresa tem boa saúde financeira, e, para isso, o principal documento comprobatório para verificar as finanças da empresa é o balanço patrimonial.

Portanto, ainda que o MEI esteja dispensado da elaboração do balanço patrimonial, para participação em licitação pública, regida pela Lei 8666/1993, quando exigido para fins de comprovação de sua boa situação financeira, deverá apresentar o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, conforme previsto no art. 31, inciso I, da Lei 8666/1993.

Nesse sentido, cumpre mencionar o seguinte trecho do voto do Ministro Relator Augusto Nardes no Acórdão 8330/2017-TCU-Segunda Câmara:

Acolho as ponderações da Secex/SP, no sentido de que não se justifica a aplicação, à espécie, das regras de simplificação e favorecimento aplicadas às microempresas e empresas de pequeno porte da Lei Complementar 123/2006, porquanto as prerrogativas



## Comissão de Pregão I

de tratamento favorecido para comprovação de regularidade fiscal por parte dessas empresas não se estendem à qualificação econômico-financeira, muito menos no sentido de isentá-las dessa exigência."

Além da apresentação de decisões de órgãos reguladores conforme consta nas páginas 8 à 11, do processo 11.918/2022.

### IV. DA DECISÃO

Note-se que a habilitação financeira tem o condão precípua de avaliar se o pretenso contratado tem condições mínimas, sob o enfoque financeiro, de garantir a execução do contrato, vale dizer, se ele poderá suportar todos os custos que virão da execução do contrato. Para análise da saúde financeira das pretensas contratadas a Administração poderá exigir os requisitos postos no art. 31 da Lei nº 8.666/93. O § 2º, deste dispositivo, determina que a Administração poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no seu § 1º do art. 56, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes.

### Súmula 275 - TCU

Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.

A preocupação da representante com o valor estimado da contratação procede. Ao se exigir comprovação de capital social mínimo, ou patrimônio líquido mínimo, equivalente a 10 % do valor estimado da contratação, caso presente estimativa exorbitante aos valores praticados no mercado, poderíamos estar diante de exigência que restringiria indevidamente a competitividade pelo objeto.



**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 11.918/2022

RUBRICA: 17 FOLHA: 18

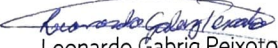
### Comissão de Pregão I

Não obstante, é importante destacar que não houve solicitação de esclarecimentos, ou impugnações, questionando as cláusulas referidas do edital quanto a qualificação econômica.

Com base no exposto e considerando as informações apresentadas no processo 11.918/2022, e no Mérito Mantenho a Decisão de Inabilitar a Empresa Fernanda Nunes Freitas de Magalhães, conforme avisado via chat e justificado na recusa do item conforme consta em chat e na Ata de Sessão do processo.

Ante o exposto, submeto as razões da impugnante e contrarrazões aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, na forma do que dispõe o item 21.7 do edital.

Nova Friburgo, 17 de maio de 2022.

  
Leonardo Gabrig Peixoto  
Pregoeiro - Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

SECRETARIA  
DE GOVERNO

Nova Friburgo/RJ, 19 de maio de 2022.

Processo 11918/22  
Dat 19/05/22  
Folhas 1ª Hubrica 09

Processo Administrativo n.º 11918/2022 (recurso)

Apenso ao de n.º 3585/2022 (procedimento licitatório)


À Procuradoria Geral.

Dr. Procurador Geral,

Cumprimentando-o cordialmente, esta Secretaria requisitante concorda integralmente com a decisão exarada pela competente Comissão de Pregão I, fls. 12 a 18, a qual, no mérito, manteve a inabilitação da Empresa Fernanda Nunes Freitas Magalhães.

Não obstante entender que a inabilitação da empresa é o melhor deslinde ao caso, direciono o presente para análise jurídica.

Sem mais, aproveito para renovar protestos de estima e consideração.

  
Rodrigo Jardim Ascoly  
Secretário de Governo  
Matrícula 62.863





Processo: 11918/2022

Recorrente: Fernanda Nunes Freitas de Magalhães

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 065 de 2022 - Processo Licitatório n. 3585/2022

Ilmo. Sr. Subprocurador;

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente contra a sua inabilitação no Pregão Eletrônico n. 065 de 2022 - Processo Licitatório n. 3585/2022, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa prestadora de serviço de agenciamento de viagens devidamente credenciada junto aos órgãos reguladores para atender as necessidades de locomoção das autoridades, servidores e colaboradores da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Município.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 24 de maio de 2022.

Em suma, a empresa alega em sua peça recursal que foi inabilitada de forma errônea pela Comissão de Pregão I em razão do descumprimento do item 19.2 do edital, tendo em vista que é MEI e não detém a obrigatoriedade de produzir e apresentar os balanços patrimoniais, diferentemente das ME e EPP, conforme art. 1.179, § 2º e art. 970 do Código Civil, bem como arts. 68 e 18-A, § 1º da LC 123/06.

A empresa *Agnus Tour Viagem e Turismo Eireli* apresentou suas contrarrazões às fls. 08/11, afirmando que o argumento da recorrente é infundado, uma vez que é entendimento do Tribunal de Contas da União que em licitações regidas pela Lei n. 8.666/93 e para fins de qualificação econômico-financeira, o microempreendedor individual deve apresentar, quando exigido, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício, conforme Acórdão 133/2022- Plenário. Afirma, ainda, que a empresa deixou de apresentar vários outros documentos de habilitação, dentre eles, o previsto no item 19.1.2 do edital, bem como os documentos exigidos nos itens 18.4 e 18.2 do edital e no item 11.1.14 do termo de referência.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 12/18, recebeu o recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade e, no mérito, manteve a inabilitação da recorrente, encaminhando os autos à secretaria requisitante, forma do item 27.1 do edital.

Às fls. 19, a Secretaria Municipal de Governo acolheu integralmente a decisão exarada pela Comissão de Pregão I, encaminhando o procedimento a esta especializada jurídica para análise acerca da legalidade do recurso.

É o relatório.



Preliminarmente, vale alertar que cabe ao Pregoeiro responder os recursos, na forma do art. 109, §4º da Lei 8.666/93:

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, **por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão.** no prazo de 5 (cinco) dias úteis, **ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado,** devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

"Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:

[...]

**IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;"**

Como se pode ver, **cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**

No caso em exame, verifica-se que a Comissão de Pregão I não acolheu o recurso, mantendo a inabilitação da recorrente, cuja decisão foi acatada na íntegra pela Secretaria de Governo.

**De fato, tal decisão se mostra acertada.**

Primeiramente, verifica-se que o item 19.2 do edital exige a comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido de 10%, veja-se o teor do referido item:

*19.2 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data de*



*apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.*

Como se pode ver, as licitantes podem comprovar a saúde financeira da empresa de duas formas: pela apresentação do capital social mínimo de 10%, ou pela apresentação do patrimônio líquido mínimo de 10%, portanto, descabida a alegação da recorrente de que o edital exige a apresentação de balanços patrimoniais.

O § 2º do art. 31 da Lei n. 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações, faculta à Administração a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido.

Tal exigência também está em consonância com a Súmula n. 275 do TCU, *in verbis*:

*Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.*

Ainda que fosse o caso, isto é, ainda que fosse exigido tão somente balanço patrimonial como forma de comprovar o patrimônio líquido mínimo da licitante, não haveria qualquer ilegalidade, uma vez que a Lei Complementar n. 123/06, que estabeleceu as regras específicas para o acesso aos mercados das aquisições públicas, não facultou a dispensa da comprovação dos requisitos de qualificação econômico-financeira para efeito de habilitação das ME, EPP e MEI.

Assim, apesar da dispensa expressa no § 2º do art. 1.179 do Código Civil, para fins de habilitação em licitação, aplicam-se as disposições da Lei 8.666/93 e LC 123/06, que não dispensam a apresentação do capital social mínimo ou do balanço patrimonial, em atendimento ao princípio da especificidade.

A única exceção prevista é a descrita no art. 3º do Decreto 8.538/2015<sup>1</sup>, que dispensa a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social na habilitação em licitações para fornecimento de bens para pronta entrega ou para locação de materiais, sendo certo que o objeto do Pregão 065/2022 é a contratação do serviço pelo prazo de 12 (doze) meses.

Ademais, como já abordado neste parecer, o item 19.2 previu a possibilidade de comprovação não só por meio do balanço patrimonial, mas também por meio de capital social mínimo de 10%, o que não foi cumprido pela recorrente, eis que o capital social mínimo constante no seu Certificado de Condição de Microempreendedor Individual, acostado às fls. 206/207 do processo licitatório, é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), ao passo que o valor

<sup>1</sup>Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.





**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA

PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO 11918

DIA 24/05/22

Folhas N.º 22 Rubrica

estimado da licitação é de R\$ 188.563,69 (cento e oitenta e oito mil quinhentos e sessenta e três reais e sessenta e nove centavos), motivo pelo qual foi corretamente inabilitada

**Pelo exposto, opina-se pela remessa do procedimento à Comissão de Pregão I para ciência e adoção de providências de sua competência.**

Ressalte-se que o exame desta assessoria jurídica se dá tão somente quanto à legalidade, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, nem questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do administrador, podendo este decidir de forma diversa, fundamentadamente, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo acolhê-lo ou rejeitá-lo liminarmente.

Nova Friburgo, 24 de maio de 2022.

Layne de Andrade Alves  
Assessora de Nível Superior II Jurídico II  
Subprocuradoria de Processos Administrativos  
Matr. 62.773

